

UM EXCURSO ATRAVÉS DA RELAÇÃO HOMEM-MEIO NA TRANSFORMAÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS

Carolina Batista Israel¹

José Aquino Junior¹

Paula Chagas Francis¹

RESUMO

Este artigo lança um olhar sobre as concepções atuais de natureza, no mundo ocidental, que influenciam a dinâmica territorial, através de um percurso sobre suas transformações no decorrer dos tempos. Esta opção metodológica de recorte prioriza temporalidades visando debater a idéia contemporânea de natureza e território. Assumindo-se que esse decurso não engloba a totalidade dos pensamentos e acontecimentos, mas ressalta que a realidade é heterogênea e complexa, transcendendo os limites da discussão acadêmica exposta.

Partindo desta abordagem problematizou-se sobre as idéias de natureza hoje apropriadas pelo modelo produtivo, num conjunto de representações simbólicas, como no caso do mercado imobiliário, do turismo e da mídia. Esses agentes territorializam espaços de acordo com os seus interesses mercadológicos.

Na busca da compreensão do tema, foram resgatados momentos onde as relações do homem com a natureza e com seus territórios contribuíram para as questões ambientais atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Território; natureza; crise ambiental

¹ – Mestrando em Geografia pelo programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Curitiba – Paraná - BR

UN EXCURSO A TRAVÉS DE LA RELACIÓN HOMBRE-MEDIO EN LA TRANSFORMACIÓN DE NUEVOS TERRITORIOS

RESUMEN

Este artículo lanza una mirada sobre las concepciones actuales de naturaleza en el mundo occidental que influencian la dinámica territorial, a través de un recorrido sobre sus transformaciones en el transcurrir de los tiempos. Esta opción metodológica de recorte prioriza temporalidades visando debatir la idea contemporánea de naturaleza y territorio. Asumiéndose que ese decurso no engloba la totalidad de los pensamientos y acontecimientos, pero resalta que la realidad es heterogénea y compleja, trascendiendo los límites de la discusión académica expuesta.

Partiendo de este abordaje problematizouse sobre las ideas de naturaleza hoy apropiadas por el modelo productivo, en un conjunto de representaciones simbólicas, como en el caso del mercado inmobiliario, del turismo y del mass media. Esos agentes territorializan espacios de acuerdo con sus intereses mercadológicos. En la búsqueda de la comprensión del tema, fueron rescatados momentos donde las relaciones del hombre con la naturaleza y con sus territorios contribuyeron para las cuestiones ambientales actuales.

PALABRAS-LLAVE: Territorio; naturaleza; crisis ambiental

A Natureza e o território: uma problematização introdutória

Para Haesbaert (2006), o território como identidade toma forma através de um longo processo, em movimento, constituído através do sentido de pertencimento que o indivíduo ou grupo tem do seu espaço de vivência. Nesta concepção o território é construído através de subjetividades, das quais se tornam representações de espaços habitados.

A geografia procura, nesse sentido, refletir a importância que o território ganha na constituição das identidades, já que as dimensões econômica, política, cultural e a natureza formam uma intrincada configuração onde o território surge como elemento que dá unidade a ação dos sujeitos sociais.

Tanto a concepção de natureza como a de território-identidade foram criadas diante da percepção do homem com o seu entorno. Sobre a natureza, seguindo-se à proposição de que toda representação é contextualizada em seu tempo e espaço, podemos aferir que “toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens” segundo as condições sócio-espaciais de cada período histórico. (GONÇALVES, p.23). São essas representações de natureza sustentadas por cada organização sócio-espacial que perpassam e mediam as relações entre os homens e com o meio.

Assim, o território constituído através do processo de identidade e a concepção de natureza, determinada pelos fatores histórico-culturais são criados pelas subjetividades dos indivíduos pertencentes a um grupo. Ressalta-se que a representação de natureza torna-se essencial no processo de modificação do meio alterando a própria dinâmica do território.

Para entender os processos atuais que desencadeiam a construção de novos territórios com suas novas identidades, é necessário compreender que a história do homem sobre a terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Agora, com uma tecno-ciência, alcança-se o estágio supremo dessa evolução (SANTOS, 1992, p.04 e 05).

A natureza hoje desejada é a natureza domesticada, quando não a natureza como simples imagem. A perversão mercadológica que se imiscui na subjetividade contemporânea compõe as representações de natureza que permeiam o imaginário social num processo de reificação que a torna objeto de consumo e, portanto, descartável.

Sob a lógica da cultura do consumo como fundamento da organização sócio-espacial atual, a forma mercadoria se expande para todas esferas da vida e o valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso na materialidade circundante. É nessa direção que o mercado imobiliário apropria-se da natureza como item valorativo e de diferenciação do espaço urbano. A natureza passa então por uma estetização agregada a um simbolismo que a associa a um sentido diferente, convencionalizado socialmente. Torna-se, então, “uma natureza retrabalhada sob a forma de uma segunda natureza, reificada, incorporada, mercantilizada e produzida e vendida de acordo com as leis e objetivos do modo de produção atual – o lucro, a propriedade privada, os fetiches e sensibilidades do mercado” (HENRIQUE, 2006, p.66). Neste contexto, essa natureza mercantilizada altera os espaços, os tornando produto. São esses espaços os responsáveis pela formação de novas territorialidades.

Dentro do exposto acima se enquadram os empreendimentos imobiliários que utilizam espaços rodeados por parques e/ou outros atrativos naturais na especulação imobiliária como um produto para setores privilegiados da sociedade. Os espaços verdes dos condomínios de luxo, pseudonatureza, são verdadeiros simulacros que não aproximam de fato seus moradores da natureza senão como uma idéia ilusória, como a representação de algo não referendado no real. Daí a propaganda, o fetiche, cumprem papel na sedimentação de uma simbologia que indica o lugar de cada coisa numa sociedade que estabeleceu a natureza tecnificada como sinônimo de status. São espaços onde a “criação de fantasias de natureza, onde os condomínios, as reservas, os parques naturais e os aquários – espaços altamente tecnificados – são apresentados como naturais. A natureza passa a ser associada a equipamentos e objetos cada vez mais técnicos”, enquanto a primeira natureza, aquela intocada pelo homem, é tida como perigosa e hostil (HENRIQUE, 2006, p.67).

Nesse enlace entre a natureza, espaços, territórios e a sociedade contemporânea, desenvolveram-se outras formas de consumo de lugares como o turismo.

Subproduto da circulação das mercadorias, o turismo, circulação humana considerada como consumo, resume-se fundamentalmente no lazer de ir ver o que se tornou banal. O planejamento econômico da frequência de lugares diferentes já é em si a garantia de sua *equivalência*. A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, lhe retirou também a realidade do espaço (DEBORD, 1997, p.112).

Nesse sentido, o turismo se apropria do espaço e o desterritorializa criando novas identidades, em alguns casos o torna produto internacional onde as empresas impõem infra-estruturas, nas quais estes espaços são reterritorializados, mesmo que não representem a realidade do seu território-nação. A desterritorialidade é entendida como “perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território”, e a reterritorialidade como a “criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território (...)” (CORRÊA, in: SANTOS 1996, p. 252).

Ainda, seguindo a lógica da inversão do valor de uso pelo valor de troca a visitação a espaços naturais foi igualmente abocanhada por empresas que exploram os aspectos visuais e paisagísticos como ícones aos quais são vinculados tranquilidade ou aventura como produto, dependendo do público alvo. A exploração turística dos lugares, costumeiramente, direciona a experiência do visitante a partir de estruturas e trajetos previamente elaborados, garantindo a fidedignidade do conteúdo oferecido.

Porém, a exploração da natureza como imagem transcende o campo do consumo estendendo-se ao espetáculo da cobertura midiática acerca dos eventos naturais. O exagero ou o encobertamento dos acontecimentos pelos meios de comunicação é de uso comum, assim como a legitimação do discurso através da fala de especialistas “encomendados”. Fatos fragmentados, desconectados de seu

contexto de origem ou simplesmente manipulados são ofertados diariamente pelas manchetes televisivas. Notícias catastróficas são alardeadas pela imprensa quando, por exemplo, se trata de aquecimento global ou derretimento das calotas polares. “Se antes a natureza podia criar o medo, hoje é medo que cria uma natureza mediática e falsa, uma parte da Natureza sendo apresentada como se fosse o Todo” (SANTOS, 1992, p.08).

O pretenso esclarecimento difundido pela mídia, assim como o incentivo a atitudes ecologicamente corretas e o propalado desenvolvimento sustentável conflitam e se perdem em meio ao elogio de uma sociedade pautada no consumo e na superficialidade.

Em tempos onde a hiper realidade técnica permeia o cotidiano e em que a cultura e o mercado se fundem para compor a subjetividade comum, o sentido da natureza se confunde com o espetáculo das imagens e a esquizofrenia da experiência a substitui por simulacros, cria-se novas identidades que resultaram em novas formas de territorializar os espaços.

Contudo, tanto os agentes imobiliários, o turismo, como a mídia apropriam-se do conceito de natureza, utilizam de acordo com seus interesses e modificam a própria dinâmica dos territórios.

Nesses momentos de realidade conturbada, faz-se necessário às ciências em geral – em nosso caso a Geografia – voltar-se para uma reflexão dos caminhos que nos trouxeram às condições atuais num esforço de resgate histórico e epistemológico do conceito de natureza, quando este foi responsável pelas modificações dos espaços, para assim compreender os processos que modificam o território.

Dos percalços que desencadearam a problemática atual: a Natureza externalizada do homem e suas relações espaço-temporais

Partindo da perspectiva exposta de que a idéia atual de natureza é vista como sinônimo de uma natureza domesticada e mercantilizada, apropriada pelo mercado imobiliário, pelo turismo e até mesmo pela mídia, torna-se necessário uma retomada das representações que a idéia de natureza sofreu ao longo da historia, levando à sua separação em relação à sociedade culminando assim nas discussões atuais.

Antes disso, cabe uma retomada sobre o conceito de “Natureza” e suas relações com as diversas sociedades, discussão que nos coloca como geógrafos, diante de questões mais complexas, já que o termo “Natureza”, muitas vezes, se confunde com o nascimento e com a história da própria Geografia.

Não é difícil encontrar definições de Geografia atreladas ao conceito de Natureza. Andrade (1987, p.14) escreve, por exemplo, que a Geografia pode ser definida como a “ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza, ou melhor, a forma como a sociedade organiza o espaço terrestre, visando melhor explorar e dispor dos recursos da natureza”.

A problemática exposta se impõe porque a Natureza foi definida pelo homem, sendo uma palavra abstrata e, portanto, mutável. “O mundo natural, a natureza, não são mais que suas idéias. As idéias os produzem. Idéias de uma determinada sociedade, inscrita em suas fronteiras” (LOSADA, 1998, p.44).

Segundo Gonçalves (1989, p.23), a Natureza constitui uma das bases sobre as quais se erguem as relações sociais, as produções materiais e espirituais das sociedades, tornando-se palco de culturas que irão defini-la de acordo com os seus interesses.

Na obra, *História da idéia de natureza*, Lenoble (1969) afirma que “... Toda idéia da natureza pressupõe, com efeito, uma complexa aliança de elementos científicos (o que são as coisas?), morais (que atitude deve tomar o homem perante o mundo?), religiosos (a natureza é o todo ou é a obra de Deus?)”. Assim, o significado da natureza não é o mesmo para grupos sociais de diferentes tempos e lugares no decorrer da história da humanidade.

Desde o início dos tempos da história da humanidade, a Natureza já era apropriada pelos grupos humanos. Mesmo vivendo da caça ou da pesca, os homens já retiravam da natureza os elementos de que precisavam, sendo apropriada desde as civilizações mais antigas como meio de sobrevivência, conflitos e conquistas.

A separação entre sociedade e natureza foi iniciada pelas modificações do próprio processo de organização social dentro do espaço habitado. Para Santos:

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu espaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria

sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço; na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos. A cada constelação de recursos correspondia um modelo particular. Pouco a pouco esse esquema se foi desfazendo: as necessidades de comércio entre coletividades introduziam nexos novos e também novos desejos e necessidades e a organização da sociedade e do espaço tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas ao grupo (1992, p.5).

Entender o espaço passa a ser uma importante tarefa dada ao geógrafo, visto que o homem se apropria deste para transformá-lo em território. Moreira (2002), ao trabalhar com o conceito de espaço menciona a existência do espaço-produto, para o autor esse espaço é produto da história. O homem estabelece uma relação metabólica com o restante da natureza, extrai suas condições de sobrevivência, altera o conjunto da natureza ao mesmo tempo em que muda a si mesmo. Ainda para Moreira (2002, p. 49), “essa relação interna do homem com o restante do universo da natureza se externaliza para se materializar na forma do espaço”.

O homem vai aos poucos perdendo sua identidade, é nesse quadro de incertezas que há de um lado um homem na busca de espaços para territorializar suas conquistas; e do outro, um homem na tentativa de retomada de sua própria identidade.

Dessa forma, a capacidade de intervir na natureza modifica a maneira como os indivíduos a representam e assim justificam a sua utilização. Para Hassler (2006, p.18), a possibilidade dos homens poderem criar na natureza, marca o início do processo de emancipação humana do seu meio natural original, um projeto dominante caracterizado em muitas sociedades.

Tanto hoje como nas antigas civilizações, as reflexões filosóficas “se impõem exatamente nos momentos de crise, quando setores da sociedade se colocam na tarefa de repensar seus fundamentos, seus valores, seu modo de ser” (GONÇALVES, p.32). Os movimentos ecológicos, palco das discussões a respeito da natureza, estão bem no centro destas complexas questões de crises, transitando em assuntos não só filosóficos, mas também científicos e políticos.

Por outro lado, a separação entre homem e natureza não foi causada somente por questões relacionadas à capacidade de intervir na natureza e às crises

econômicas; as religiões também atribuem significados à natureza. Em determinados períodos históricos da civilização ocidental, os significados para a espiritualidade tanto aproximaram como afastaram o homem da natureza. Num primeiro momento, podemos citar como exemplo as civilizações anteriores aos gregos quando os “Deuses” representavam os fenômenos naturais. Em um segundo momento, há um processo fortemente marcado pela igreja e representado pelo poder judaico-cristão que, desde as civilizações romanas e durante um longo período indo até os meados de 1500, separou o homem da natureza como separou o espírito da matéria.

Foi durante as reelaborações do platonismo e principalmente do aristotelismo – este na filosofia de Santo Tomás de Aquino – que exerceram influências profundas nas idéias e na representação da natureza externizada ao homem. Ramos (2006, p.23) salienta que os “sentidos metafísicos na concepção de um mundo eterno essencialmente estático foram substituídos por conceitos teológicos da natureza, que passou a ser entendida como o resultado do ato criador divino, e as suas leis, como a expressão da lei divina”. Com essa idéia de criação, a natureza não existe a não ser como resultado da ação divina, o mundo deixa de ser eterno e passa a ser responsabilidade do seu criador e este com o poder de destruí-lo.

Ramos (2006 p.25) segue discernindo que o homem também passa a ser criador, sendo neste caso, das ciências e, “através delas, imita o criador divino, o que lhe dá poderes para transformar a natureza. E isto, talvez, é que permite conferir ao Cristianismo a responsabilidade de introduzir valores desconhecidos até então”.

No período do Renascimento, marcado pelas grandes navegações e pelos descobrimentos de novos espaços do globo, ocorre uma nova mudança de perspectiva sobre a natureza. Devido às grandes explorações e conquistas de novas terras era preciso pensar a natureza como uma máquina. Segundo HASSLER (2006, p.25) “Ao pensar a natureza como máquina, a ciência se torna o meio para a exploração e entendimento da máquina, do seu funcionamento e da sua reprodução”.

Foi quando, através da filosofia de Descartes buscava-se:

Separar o corpo da alma [...] criar um processo de dominação da natureza interna em prol da dominação da natureza externa. Essa

dominação da natureza culminou para o chamado *desencantamento do mundo*, quando os homens deixaram de admirar os elementos ambientais dirigindo a atenção dos cientistas para a racionalidade e para as propriedades quantificáveis da matéria (CASSETI, 2002, p. 147).

Dentro do pensamento filosófico, o Iluminismo também vai marcar fortemente essa apropriação da natureza dominada pelo homem aprofundando o processo de externalização.

Mesmo com a derrubada da perspectiva mecanicista por Kant e com as concepções Naturalistas que, de certa forma, buscavam aproximar o homem da natureza, o final do século XVIII vai fortalecer essa separação quando esse distanciamento se tornou consequência dos desdobramentos da Revolução Industrial e do capitalismo industrial.

Partindo desse princípio, o homem passa a ver a natureza como um meio inesgotável de recursos, fator que será responsável, mais à frente na história, pela entrada do capitalismo como uma força que guiará a apropriação da natureza de acordo com esta lógica.

Neste caso a economia começa a se tornar o principal produtor de significados à natureza. O próprio nascimento da ciência moderna obteve o subsídio do modelo econômico produtivo em desenvolvimento. Assim, “além da ciência legitimar o processo de externalização da natureza, estimula a busca do conhecimento com vistas aos interesses de produção, impondo à natureza um processo de dominação” (CASSETI, 2002, p.152). Essa representação de natureza vai justificar para o poder econômico a subjugação de povos e a apropriação de recursos naturais sem limites.

Dos impactos que essa dominação trouxe, as décadas de 1960 e 1970 assistiram à crise do processo de modernização técnica da natureza. Poucas pessoas usufruíram, de fato, dos benefícios trazidos por esse desenvolvimento técnico. A sociedade capitalista passa por um período de busca excessiva de lucratividade, interferindo em seu *habitat* sem se preocupar com os danos causados por esta intervenção.

Segundo Gonçalves (1989), a década de 1960 marca a emergência, no plano político, de diversos movimentos sociais, dentre os quais teve grande

destaque o Movimento Ecológico. Os diversos movimentos que surgiram neste período não criticavam de forma exclusiva o modo de produção, mas fundamentalmente o modo de vida. Passou-se por um conturbado período em que o homem se viu diante de uma natureza que estava sendo degradada e usada de forma a atender interesses específicos inerentes à lógica capitalista.

Foi com o surgimento do movimento ecológico que o mundo assistiu ao desenvolvimento de lutas em torno das mais diversas questões, dentre elas destaca-se: "... extinção das espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água..." (GONÇALVES, 1989, p.12).

É importante ressaltar a presença de dois lados, conflitantes, que lutam cada um pelo seu ponto de vista. De um lado o movimento ecológico preocupado com os danos que o homem vem causando ao meio ambiente, onde a natureza não é mais a mesma, mas sim uma segunda natureza, modificada, tecnificada. Do outro lado o setor produtivo preocupado não com a natureza propriamente dita, mas sim com os benefícios que ela pode gerar na medida em que é apropriada, alterada.

Somado a isto, a partir da década de 70, observou-se que a mídia também foi se apropriando do conceito de natureza. Aliando-se aos interesses capitalistas utiliza mecanismos de persuasão pela televisão ou outros meios de comunicação na construção de uma perspectiva de natureza conveniente aos grupos que a sustentam. Desde então, a sociedade vem pagando um preço caro pelo mau uso do termo natureza; vivencia-se um momento de crise onde são constatadas cada vez mais a desigualdade presente no espaço e a degradação do meio que o próprio homem habita.

É neste contexto que aflora a discussão da questão ambiental. Na medida em que a sociedade aumenta a capacidade técnica de intervir na natureza para satisfazer suas necessidades, surgem tensões e conflitos quanto ao uso dos espaços e mesmo dos recursos naturais.

Diante deste percurso, no qual a natureza passou por vários processos de externalizações ao homem, entende-se o aparecimento atual dos agentes, quando estes se apropriam da natureza numa relação de poder que culmina nos processos de dominação dos territórios, onde muitos são reterritorializados de acordo com a sua lógica produtiva.

Dessa forma, torna-se de suma importância que a sociedade imponha regras e limites à exploração e destruição destes recursos de modo a garantir uma melhoria na qualidade de vida para a população em sua totalidade.

É presenciado um momento crítico em que “a ciência, cada vez mais transformada em força produtiva, encontra-se com a necessidade de repensar seus fundamentos epistemológicos e metodológicos” Gonçalves (1989 p.136). Como solução para a crise vivenciada, torna-se importante o exercício de uma razão crítica que proporcione um agir crítico e lúcido.

CONSIDERAÇÕES

A Natureza se torna ferramenta a partir do momento em que o homem a transforma através da técnica. O que diferencia esta relação nos dias atuais é a escala em que se dá essa apropriação e os mecanismos utilizados, colocando o homem como um agente que altera a dinâmica da natureza em uma dimensão jamais imaginada.

Assim, o espaço torna-se palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais (SOUZA e PEDON, 2007).

De fato o século XX foi marcado por uma crise ambiental. Mendonça (2002, p. 123) salienta que a história da sociedade “do último quartel do século XX foi fortemente marcada pelo debate acerca da questão ambiental, fato que se repercute de maneira integral no escopo do conhecimento geográfico”.

O início do século XXI continua sendo marcado pela crise ambiental. Hoje, a natureza como espetáculo e como simulacro são faces da estrutura subjetiva que permeia a contemporaneidade e que resulta numa submissão da natureza à lógica produtiva.

Nesse sentido, coloca-se como papel da universidade encontrar, dentro de suas possibilidades e limites, entendimentos do mundo. No que diz respeito à questão ambiental, Sposito (2001, p.107) observa que “deverá merecer a atenção dos cientistas por causa das novas concepções sobre os recursos (naturais e humanos) e suas características de esgotabilidade”.

Superar esta problemática no decorrer deste século exige mudanças de comportamento da sociedade e de suas concepções de mundo, de natureza, de território e de poder, para que assim possa alcançar novos valores e uma conseqüente melhoria das condições de vida.

No entanto, vale ressaltar que as relações exercidas sobre o espaço-território nos dias atuais são de uma complexidade muito grande e, devido ao modo de produção capitalista ter dinamizado o território a partir de novas necessidades de circulação de pessoas, informações/ comunicações e mercadorias, as transformações no cotidiano das pessoas também se alteraram sensivelmente.

Esse repensar a natureza e os seus novos territórios passa pela tomada de uma postura crítica diante das representações de natureza sustentadas pela sociedade atual que guiam a organização sócio-espacial e, conseqüentemente, a relação do homem com o meio.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. Ed. Atlas, São Paulo, 1987.

CASSETI, Valter. **A Natureza e o Espaço Geográfico**. _ In: MENDONÇA, F. KOZEL, S. Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Ed. UFPR. Curitiba, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Territorialidade e Corporação: um exemplo**. In SANTOS, Milton *et. Al.* (org.) **Território: Globalização e Fragmentação**. 3ª ed. São Paulo:HUCITEC, 1996, p. 251-256.

COSTA, Haesbaert Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. 2ºed. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

HASSLER, Márcio Luíz. **A natureza na cidade: uma abordagem a partir da percepção da população acerca do Jardim Botânico de Curitiba – PR**. Curitiba:

2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

HENRIQUE, Wendel. **A cidade e a natureza: a apropriação, a valorização e asofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo**. Revista GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 20, 2006.

LENOBLE, R. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969.

LOSADA, Janaina Zito. **Desejos e Melancolias. Uma História da Idéia de Natureza no Brasil, 1839-1870**. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia socioambiental**. Rev.Terra Livre, São Paulo, n. 16, p. 113-132.

MOREIRA, Ruy. **Velhos temas, Novas Formas**. _ In: MENDONÇA, F. KOZEL, S. Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Ed. UFPR. Curitiba, 2002.

SANTOS, Milton. **1992: A Redescoberta da Natureza**. Aula inaugural da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 10 de Março de 1992.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Rodrigo. **Território e Identidade**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. **A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea**. Rev.Terra Livre, São Paulo, n. 16, p. 99-112, 1º semestre.

RAMOS, Elisabeth Christmann Ramos. **A Abordagem Naturalista na Educação Ambiental. Uma análise dos Projetos Ambientais de Educação em Curitiba**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2006.